

---

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO SOLENE  
DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL  
DE 1985, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984, PELO VICE-  
-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA  
NACIONAL PROF. DOUTOR MOTA PINTO

---

---

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO SOLENE  
DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL  
DE 1985, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984, PELO VICE-  
-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA  
NACIONAL PROF. DOUTOR MOTA PINTO

---

A experiência da história contemporânea mostra indiscutivelmente às nações, como a portuguesa, que perfilham um modelo de sociedade de tipo democrático, as vulnerabilidades e os perigos que advêm da manutenção e desenvolvimento de preconceitos obsoletos, ambiguidades simplistas ou paralisantes, equívocos, ilusões e confusões — às vezes deliberadamente provocadas — a respeito da candente problemática da segurança e defesa nacional. Tal estado de coisas só favorece poderes e interesses estranhos e aumenta a perturbação mundial.

Será, a propósito, de ponderar quais são — na óptica de coerência com a adesão autêntica aos princípios da liberdade, da democracia e do apego às coisas nacionais — as reais razões de ser e os objectivos verdadeiros, envolvidos na problemática da defesa nacional portuguesa. Tais razões e objectivos residem na sustentação de uma paz digna, na preservação dos melhores valores e produtos da civilização humana, na garantia da independência e da integridade de Portugal e da liberdade e segurança dos Portugueses.

Daí a imperiosa necessidade, como nunca, de informar e formar, correcta e adequadamente, as camadas com mais directa responsabilidade nos problemas da segurança e defesa nacionais, os segmentos da sociedade com maior responsabilidade cultural e técnica e, sobretudo, a população em geral. É que, para além do mais, elites tecnicizadas e especializadas cometem, não raramente, erros irreparáveis em que não incorre o bom senso popular mais profundo e esclarecido.

Só desse modo, com informação e formação, se podem revigorar os valores colectivos e esclarecer e radicar, cultural e racionalmente, as razões de ser da defesa nacional e do que lhe está correlacionado, interna e externamente. Não é de facto suficiente, sendo embora necessário, contar

apenas com a transmissão dos sentimentos colectivos tradicionais, nem com o apelo ao patriotismo, de que aliás os Portugueses têm dado provas.

Sem que isto signifique abandonarmo-nos ao «charme» discreto da analítica puramente tecnicista que, ignorando o homem de sempre e o humanismo, incorre no vício das perspectivas exclusivamente técnicas, do mero diagnóstico, na tentação contemplativa dos modelos macro-económicos e macro-sociais, ignorando o pulsar da vida, a vontade e um certo voluntarismo sem os quais não há acção nem nação.

Exige-se, portanto, hoje também o conhecimento, claro e racional, das realidades que lhe dizem respeito, só assim se podendo sistematizar e pôr em evidência os fundamentos intelectuais, materiais e morais indispensáveis à consideração, com objectividade e eficácia, da problemática global de defesa da Pátria portuguesa.

Não obstante os progressos que, nos últimos tempos, têm sido feitos entre nós para inculcar, em maiores camadas da população, desmistificada e racionalmente, as realidades e os conhecimentos sobre a problemática da segurança e defesa — no que o Instituto da Defesa Nacional tem tido um papel pioneiro e de reconhecido mérito —, é de considerar que se verificam ainda importantes lacunas na consecução daqueles desideratos.

Entre essas lacunas apontam-se, como apelo e estímulo à sua superação:

— A intervenção activa do nosso sistema educacional, em particular no que concerne às universidades, no estudo, na investigação e numa sã pedagogia acerca dos conceitos gerais e das questões específicas da segurança e defesa.

Isso, consoante o nível cultural das respectivas estruturas e das populações a que se dirigem.

— A intervenção valiosa e devidamente fundamentada dos meios de comunicação social, votando-se sobretudo ao esclarecimento, isento e sistemático, das várias questões da segurança e defesa nacional. Deve proporcionar-se, inclusivamente, confronto sério e intelectualmente bem apoiado entre pontos de vista diferenciados sobre tais matérias e sempre com a consciência do seu melindre e da manifesta actuação permanente que poderes e interesses, adversários dos objectivos nacionais portugueses, têm numa contra-informação confusa e sofismada.

— A persistente procura de enriquecer a cultura nacional com o corpo de conhecimentos específico e pluridisciplinar que diga respeito à segurança e defesa nacional, cuja complexidade e importância na vida do nosso país e da humanidade em geral é insofismável. De referir a notória falha na cultura nacional e a displicência que tem sido tradicional nas camadas civis, intelectualmente mais responsáveis, acerca da referida problemática, a qual comporta, patentemente, aspectos de maior interesse e relevância no âmbito da sociologia, da ciência política, da sociopsicologia, da economia, do direito, das relações internacionais, das ciências de organização e gestão, das mais variadas e sofisticadas tecnologias, das ciências da informação e das relações públicas e de outras bastante específicas, como sejam as da estratégia, da geopolítica e da geoestratégia.

Todas estas áreas de actuação, onde se exige aprofundamento, rigor e estudo sério, têm de ser enquadradas, com respeito pelo pluralismo democrático legítimo, na adesão à ideia do primado do interesse nacional e do valor da nação portuguesa como fundamento e fim de toda a ideia de defesa nacional.

A afirmação da nação portuguesa e da coesão nacional como alicerces da ideia da política de defesa não exclui — antes exige no nosso tempo — uma correcta política de alianças.

O primado do interesse nacional está, porém, sempre presente e, desde logo, no aproveitamento máximo para objectivos nacionais globais dos esforços e benefícios prestados e recebidos no quadro da NATO.

Merece igualmente ponderação o verdadeiro alcance e a natureza das ameaças e agressões externas que devem ser consideradas no tratamento da defesa que nos respeita, contando com as suas correlações a níveis intra e inter-nacionais. Põe-se com acuidade a questão de tais ameaças e agressões não terem como referencial as fronteiras físicas — hoje extraordinariamente permeáveis — mas, efectivamente, as origens em que se apoiem e sejam mentoras das acções que, com mais probabilidade, se façam sentir dentro do espaço nacional.

De ponderar é, também, o alcance, a objectividade e a eficácia que são indispensáveis e estão implícitas na afirmação constante da nossa lei básica de defesa nacional quanto à natureza global e permanente da respectiva política. O que não pode constituir uma simples afirmação de inten-

ções, mas deve responder às realidades e aos conhecimentos bem informados sobre a dita problemática. Tal implica — repete-se — a mais intensa e aperfeiçoada informação e formação dos respectivos decisores, quadros e população em geral, de acordo com a idiosincrasia nacional em matéria de valores a defender.

Um dado estratégico fundamental é o esforço dos adversários da nação portuguesa e das alianças em que se integra livremente para diminuir as nossas resistências psicológicas e culturais. Existem fenómenos espontâneos de degradação social, é certo, mas não há dúvidas sobre um esforço feito para incentivar esses fenómenos. A iniciativa de uma confrontação militar poderá ser substituída, até com menos custos para os seus promotores, por uma luta de desgaste e amolecimento no nosso campo.

A defesa não pode ser encarada exclusivamente do ponto de vista de equipamento ou de efectivos militares. A defesa tem de ser vista, antes de mais, do ponto de vista da consciência da população. E a formação da consciência da população é feita através da educação, da informação, da cultura, da política da juventude e, em geral, em todos os planos de vida colectiva. Se se ignorasse este problema poderia chegar um dia em que o adversário não precisaria de disparar um tiro para ganhar a guerra.

A aptidão para a nação se defender depende dos seus recursos, da sua eficácia, da estabilidade das suas instituições e da sua capacidade de resolver os seus problemas com ousadia e inventiva.

Estes são pontos de reflexão e de directiva que achei oportuno rememorar, no local certo, que é este Instituto.

IDN, 19 de Novembro de 1984.

*Mota Pinto*  
Vice-Primeiro-Ministro